

SALÃO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXIX SIC




múltipla 
UNIVERSIDADE
inovadora  inspiradora

Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	A proteção da infância e da juventude: o caso da produção de tabaco no estado do Rio Grande do Sul no contexto da agricultura familiar
Autor	MAIARA CEOLIN VIONE
Orientador	SIMONE TASSINARI CARDOSO

A proteção da infância e da juventude: o caso da produção de tabaco no estado do Rio Grande do Sul no contexto da agricultura familiar

Autora: Maiara Ceolin Vione

Orientadora: Professora Simone Tassinari Cardoso Fleischmann

Instituição de origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O tema escolhido para desenvolver a presente pesquisa surgiu a partir de uma análise da preocupante realidade de crianças e adolescentes que estão inseridos, dentro do contexto da agricultura familiar, na cadeia de produção de tabaco na região sul do Brasil.

A comunidade jurídica despertou acerca da problemática do trabalho infantojuvenil ao observar que as crianças e os adolescentes eram uma mão de obra submissa, que nada reivindicava e que, em contrapartida, se sujeitava a salários irrisórios e a quaisquer condições de trabalho. Por certo, a proteção que foi dada pela legislação, de forma integral e com absoluta prioridade, não reside simplesmente no fato desses jovens estarem realizando trabalho, mas desse, ocasionalmente, ser realizado em condições inapropriadas, que podem gerar sequelas irreparáveis não só à pessoa da criança e do adolescente que se encontra em fase de desenvolvimento, mas também à própria sociedade.

Na perspectiva de proibir que crianças e adolescentes realizem trabalhos em condições inapropriadas é que o Brasil ratificou a Convenção n. 182 da Organização Internacional do Trabalho, que trata das piores formas de trabalho infantil, e instituiu a Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil), por meio do Decreto n. 6.481/2008, que, inclusive, proíbe que menores de 18 anos trabalhem no processo produtivo do fumo, por considerar essa uma atividade prejudicial à saúde e à segurança.

Em que pese tenhamos essa proibição expressa de emprego de mão de obra infantojuvenil no cultivo do fumo e todo um arcabouço jurídico com o intuito de proteger integralmente crianças e adolescentes, sob a perspectiva das famílias de agricultores que residem no Rio Grande do Sul, o trabalho infantojuvenil não só está vinculado com a necessidade de mão de obra para garantir o sustento da família, como também guarda estreita relação com a reprodução de um modo de vida e a formação de herdeiros sob a ótica do modelo clássico de família que valoriza a formação de patrimônio.

Em face desse descompasso entre legislação e mentalidade social é que o presente estudo busca, através do emprego de diferentes procedimentos metodológicos, incluindo pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), compreender esse processo de construção social que tende a naturalizar o trabalho infantojuvenil no campo, bem como entender as tarefas desenvolvidas por crianças e adolescentes no cultivo do tabaco e, sobretudo, as consequências geradas para o desenvolvimento desses jovens, assim como as alternativas viáveis frente a essa realidade.